

Regresso ao futuro

Sérgio Faria

Segundo o que foi noticiado pela imprensa local, na reunião da câmara municipal realizada no dia 5 do mês corrente o vice-presidente desse órgão ensaiou uma apresentação das contas referentes às festas da cidade e do município de 2011, em comparação com as referentes às de 2009. Fê-lo de modo manifestamente opaco, porquanto apresentou apenas o total de receitas e o total de despesas referentes a cada um de tais anos. Em face disto e por pretenderem fazer análise e avaliação circunstanciadas daquelas contas, os vereadores titulares do direito de oposição solicitaram informação detalhada, de modo a conseguir-se uma caracterização pormenorizada das mesmas. O vice-presidente da câmara municipal opôs-se a tal, classificou como «esquizofrénico» o exame político escrupuloso da matéria em que ele tinha responsabilidade e, no âmbito do debate havido, declarou que «há limites para a democracia e a transparência».

Atendendo a que o comportamento e as afirmações que o vice-presidente revelou na ocasião enquadraram-se num tipo de prática política e de gestão municipal que se desvia de princípios fundamentais da democracia aos quais, por compromisso, o pessoal eleito pelo ps para a câmara municipal assumiu estar vinculado, redigi e divulguei um texto em que ensaiei opinião sobre o caso. Sendo a publicidade e o escrutínio público das instituições e dos processos de ordem política dimensões estruturantes da democracia e da qualidade dela, alguém que obste e se revele contra a apreciação de actos e factos relacionados com a incumbência pública que lhe foi entregue é alguém que revela disposição a dificultar ou impedir o funcionamento dos mecanismos de responsabilização política e, por conseguinte, a esquivar-se à responsabilidade inerente ao mandato que exerce. Para além disto, considerando que os actos e as palavras tendem a decorrer de atitudes e de orientações consolidadas, foi possível perceber que o caso era mais um episódio relacionado com as tácticas de ocultação e de mistificação que têm vindo a ser promovidas pelo pessoal eleito pelo ps para a câmara municipal.

O vice-presidente da câmara municipal não apreciou o reflexo público e as consequências do comportamento que teve e das afirmações que fez. Mostrando-se melindrado, aproveitou a reunião da câmara municipal realizada na semana passada para promover um auto de remissão de responsabilidade em proveito próprio, rogando a solidariedade dos membros daquele órgão. Em termos políticos, a manobra tem o seu quê de pueril. A puerilidade nota-se por o acto equivaler ao comportamento de uma criança que, quando responsabilizada ou repreendida, corre para o regaço materno em busca de protecção e consolo. Em abono ou desabono, refira-se que alguns dos restantes membros da câmara municipal presentes prestaram-lhe a solidariedade que ele requisitou de modo pungente.

Quanto à parte substantiva do que aconteceu, merece destaque e denúncia a série de equívocos revelada pelo vice-presidente da câmara municipal em relação ao que escrevi, equívocos de que se serviu para utilizar a táctica de vitimização que entendeu conveniente. Seguem as revelação e desmontagem dos equívocos. Aquilo que ele classificou como «um conjunto de impropérios» é capaz de ser o produto de um exercício de cidadania fundado nas observação, análise, demonstração e apresentação pública de opinião sobre comportamentos e afirmações dele, no que relevam enquanto indicador da situação política local. Aquilo que ele pretendeu «arrogância e soberba intelectual» talvez seja o resultado do esforço para ensaiar opinião informada e fundamentada e de a divulgar com base nesses critérios. E aquilo que ele afirmou não me admitir é um clássico de assomo autoritário e presunção. Pois não lhe foi outorgada qualquer autoridade assim como não lhe foi reconhecida qualquer capacidade para emitir alvará ou licença em relação ao que qualquer cidadão, em exercício de um direito fundamental, entenda e queira afirmar publicamente.

É de notar ainda que, na circunstância, o presidente da câmara municipal decidiu debitar um conjunto de considerações sobre mim e o meu trabalho. No que concerne à minha minha missão profissional, o que ele afirmou vale sobretudo por ser uma afirmação franca de ignorância sobre o que faço. Quanto ao resto, atendendo aos precedentes e ao enredo do caso, é provável que mais não seja do que o ruído típico da demagogia explorada por quem não gosta de ver exposto no espaço público o complexo de atitudes e comportamentos que caracteriza a gestão municipal actual e o modo como tal complexo numa série de casos se desvia dos princípios fundamentais da democracia, de legislação em vigor e dos compromissos assumidos com os munícipes através de contrato político sufragado. Por outras palavras, surge plausível que as considerações de índole pessoal que o presidente da câmara municipal derramou a meu propósito sejam outra prova que confirma o que, porque ostensivo e frequente, os ourenses têm tido a oportunidade de observar e apreciar no panorama político recente. Não é abonatório para o presidente da câmara municipal, não é abonatório para o vice-presidente da câmara municipal, não é abonatório para o partido político que representam. Não obstante, pelo que se consegue perceber, pretendem crer e fazer crer que a origem do descrédito político que os afecta crescentemente não decorre do que fazem e dizem e do modo como o fazem e dizem. Quando o psd dominava os órgãos municipais a narrativa e a prática eram semelhantes. Conhece-se o resultado. E a continuação desgraçada dele.

(publicado *in notícias de ourém*, n.º 3836, 29.julho.2011)